

## **Eletrobras pretende cobrar da União perdas com privatização**

Por Camila Maia e Rafael Bitencourt | De São Paulo e Brasília



Guardia, ministro da Fazenda: Sem PL, alternativa seria liquidar distribuidoras.

Praticamente sem escolha a não ser continuar operando as distribuidoras deficitárias do Norte e Nordeste até o fim do ano, a Eletrobras deve cobrar da União, na data em que devolver definitivamente as concessões, um ressarcimento do prejuízo apurado no período de "designação".

Segundo a própria Eletrobras, entre julho de 2016 e março deste ano, as seis empresas já causaram perdas da ordem de R\$ 5 bilhões à estatal. Com o provável adiamento do período de designação até dezembro, o prejuízo deve crescer, a despeito da exigência dos acionistas de que a remuneração recebida pela estatal para operar as distribuidoras seja readequada.

A estatal estima que o déficit de caixa das distribuidoras até julho, quando termina o prazo atual da

designação, é de R\$ 5,8 bilhões. Para o período de agosto e dezembro, as projeções de déficit de caixa vão de R\$ 1,8 bilhão a R\$ 3,2 bilhões, caso não se tenha recursos de encargos setoriais para serem injetados nas distribuidoras.

Diante da baixa probabilidade de que a tarifa e os encargos recebidos pela Eletrobras sejam suficientes para bancar as distribuidoras até o fim do ano, cresce a possibilidade de uma judicialização dos minoritários contra a União.

Os acionistas da Eletrobras vão decidir em uma assembleia geral extraordinária (AGE) em 30 de julho se prorrogam ou não o prazo de designação das distribuidoras até 31 de dezembro. A proposta da administração exige a readequação da remuneração paga hoje à estatal para fazer a gestão das distribuidoras de energia. Essa mesma condição, porém, esteve presente nas outras duas AGEs que aprovaram que a Eletrobras continuasse operando as distribuidoras, agora chamadas de "designadas", até sua privatização.

A ideia é impedir que os prejuízos apurados pela companhia continuem crescendo até que as distribuidoras sejam definitivamente vendidas - ou liquidadas.

O adiamento parece uma solução simples diante da impossibilidade da realização do leilão, mas esconde

uma situação complicada para o governo.

De um lado, a manutenção das concessionárias sob gestão da estatal com remuneração inadequada pode ser motivo para os administradores serem acusados de gestão temerária. Os acionistas que votarem dessa forma também podem ser responsabilizados. A adequação do montante pago à Eletrobras, por sua vez, deve ser feita por meio de encargos setoriais, o que implica um risco de ações judiciais contra a União.

A terceira opção seria a liquidação das concessionárias, e posterior licitação das concessões do zero. O Valor apurou, porém, que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não está preparada para isso, pois não houve uma definição pelo poder concedente. Todas as apostas do governo estão no sucesso do leilão de privatização, que não tem data certa para acontecer e enfrenta sucessivos problemas na Justiça.

Em entrevista concedida ao Valor na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que, sem a aprovação do PL, as distribuidoras serão liquidadas. "A Eletrobras não vai mais prestar o serviço, as empresas já estão com a concessão vencida, em situação precária. Nunca tivemos uma situação dessas. É grave. Por isso que





botamos a privatização das distribuidoras como a prioridade número um, junto com a cessão onerosa", afirmou.

A Eletrobras devolveu as concessões à União em 2016, mas aceitou continuar operando as distribuidoras de forma designada enquanto o governo preparava o leilão de privatização. Esse prazo terminaria em dezembro do ano passado, mas foi postergado até o fim de julho devido aos atrasos no cronograma da operação. O leilão estava marcado para 26 de julho, mas deve ser adiado para agosto por força de ações judiciais.

A proposta da administração da Eletrobras condiciona à postergação do prazo à adequação, pelo poder concedente, da remuneração recebida pela companhia para operar, manter e fazer investimentos relacionados à prestação de serviços pelas companhias.

Por lei, o governo é obrigado a licitar novamente as concessões de distribuição devolvidas pela Eletrobras. O problema é que, se o leilão envolver os ativos separados das concessionárias, a estatal ficará com todo o prejuízo, estimado em cerca de R\$ 22 bilhões. Esse seria o custo da liquidação das seis distribuidoras de energia.

Um eventual fracasso no leilão ou uma decisão surpreendente da Eletrobras de devolver as concessões definitivamente poderiam obrigar a Aneel a realizar às pressas uma licitação de nova concessão para cada uma delas. O risco, na ausência de um leilão, é de que os consumidores de energia dos seis estados (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Piauí e Alagoas) fique desamparado.

No passado, a Aneel usou o mecanismo da intervenção em outras concessões que tiveram problemas - o caso mais emblemático é do das distribuidoras do Grupo Rede. Nesse caso, a agência reguladora afastou gestores de cargos mais altos e nomeou interventores para administrar as companhias.

No caso das distribuidoras da Eletrobras, porém, a Aneel entende que não pode recorrer à alternativa. Como a Eletrobras devolveu as concessões, o entendimento é que não há concessões as quais a Aneel possa regular ou intervir. A decisão precisaria vir, primeiramente, do poder concedente.

Segundo uma fonte, havia uma espécie de "acordo informal" da equipe técnica do Ministério de Minas e Energia com a Aneel a esse

respeito. Enquanto o governo preparava a privatização das companhias, a agência, paralelamente, deveria preparar um possível leilão para as concessões, separadas do CNPJ das distribuidoras.

Isso, no entanto, não foi feito, apurou o Valor. A Aneel contava com o sucesso da venda das distribuidoras até o fim do mês. Sem isso, a única saída que não inviabiliza a prestação de serviço por parte da Eletrobras é a aprovação do novo prazo de designação, até o fim do ano. Há uma tese jurídica que a estatal não tem escolha nesse caso, pelo seu caráter estatal. Ela seria a "designada compulsória".

Como sociedade de economia mista, no entanto, a Eletrobras tem a obrigação de defender o interesse de seus acionistas, e não pode ser obrigada ter prejuízos bilionários. "O governo não pode impor o custo do fracasso da gestão aos investidores da Eletrobras", disse uma fonte, que enxerga na situação uma "chantagem" que vai acabar impondo custos aos sócios minoritários e aos consumidores de energia de todo o país. (Colaboraram Rodrigo Polito, do Rio, Estevão Taiar e Catherine Vieira, de São Paulo)

## País deixa de criar 80% das vagas previstas

*Economistas previam 1 milhão de novos postos, mas ritmo de contratação despencou e ano tende a fechar com 200 mil*

Flavia Lima

São Paulo - Embora o número de vagas com carteira assinada seja positivo no ano, o ritmo de contratações tem mostrado forte desaceleração nos últimos três meses, um sinal cada vez mais firme de interrupção do que parecia ser uma melhora gradual do emprego formal identificada ao longo do ano passado.

No início de 2018, o ritmo de geração de vagas no mercado formal de trabalho era compatível com algo perto de 750 mil novos postos neste ano.

Desde março, no entanto, a desaceleração tem sido tão brusca que, mantido o ritmo registrado a partir daquele mês, o mercado de trabalho pode fechar 2018 com um saldo líquido de apenas 220 mil vagas com carteira.

O número é considerado pífio por economistas —cerca de 20% do previsto. As estimativas no final de 2017 apontavam a criação de 1 milhão de novos postos com carteira.

O levantamento é da LCA Consultores com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), feito com exclusividade para a Folha.

"No começo do ano, não parecia irreal um saldo de 1 milhão de novas vagas em 2018, dado o que se previa para a economia", diz Cosmo Donato, economista da LCA.

Donato revisou suas projeções e agora espera a criação de 500 mil novas vagas com carteira neste ano.

A estimativa, porém, tende ser revista para baixo, em meio ao ambiente de incertezas e recuperação lenta. "Não é o nosso cenário principal, mas não acho impossível encerrar o ano com demissões líquidas", afirma Donato.

As contas do economista Marcelo Gazzano, da consultoria ACPastore, também apontam para uma deterioração importante da geração de vagas com carteira assinada.

Segundo Gazzano, a média de 40 mil vagas criadas entre outubro e dezembro caiu para uma média de 24 mil vagas entre março e maio.

Como foram perdidos 3 milhões

de postos formais durante a crise, mantido o ritmo atual, o mercado de trabalho levaria nada menos do que dez anos para se recompor.

Para fazer este tipo de previsão, os especialistas em mercado de trabalho não usam os dados brutos do Caged, mas lançam mão de um ajuste estatístico (conhecido como dado dessazonalizado).

O ajuste exclui as flutuações que refletem as particularidades de cada mês —como a alta das vendas no Natal ou a queda da produção no Carnaval— e permite a comparação entre períodos.

Assim, ainda que os dados brutos do Caged apontem para a criação de 344,7 mil vagas formais entre janeiro e maio, eles não são bons para entender para onde está indo o mercado de trabalho.

Nos dados ajustados, é possível ver que o saldo de demissões líquidas desacelerou ao longo de 2017, fazendo com que o mercado de trabalho deixasse o fundo do poço.

Mas o que causa apreensão entre os economistas é que ele parecia avançar no começo deste ano, mas perdeu fôlego.





O cenário trágico está intimamente ligado à lenta reação da atividade econômica, em um círculo vicioso que parece difícil de ser quebrado.

Em dezembro de 2017, as previsões de crescimento econômico indicavam alta de 2,7% em 2018, chegando, em março, a atingir quase 3%, segundo acompanhamento semanal do Banco Central.

De lá para cá, as projeções para o PIB (Produto Interno Bruto) vêm caindo e hoje não passam de 1,5%— com reflexos óbvios sobre expectativas para o mercado de trabalho.

Segundo Gazzano, a queda do emprego formal afeta a capacidade de consumo das famílias e compromete a retomada. Ao representar cerca de 65% do PIB, o consumo determina o fôlego da economia.

Ao mesmo tempo, ressalta Donato, da ICA, um cenário externo tumultuado, incertezas eleitorais e eventos, como a paralisação dos caminhoneiros, atingem a confiança dos empresários que, em meio ao alto nível de ociosidade de suas empresas, não veem razão para investir e contratar.

Setor a setor, a construção civil é, sem dúvida, o que causa mais preocupação.

"Não quer dizer que agente voltou para a crise", diz Donato. O problema, diz ele, é que o mercado de trabalho parou de demitir, mas não ingressou numa recuperação robusta a ponto de recuperar as vagas perdidas durante a crise. "Na verdade, parecemos muito longe disso", conclui.

## Flexibilização de despesas de universidade pode ser vetada

Trecho da LDO permite que verbas extras não entrem no cálculo do teto de gastos

Lais Alegretti e Angela Boldrini

Brasília - A equipe econômica quer convencer Michel Temer a vetar trecho do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 com potencial de flexibilizar o teto de gastos.

Integrantes da Fazenda e do Planejamento criticam a inclusão de parágrafo que permite que as despesas de universidades pagas com receitas próprias fiquem fora do teto.

O texto foi aprovado pelo Congresso na semana passada e depende de sanção.

O principal argumento da área econômica é que a permissão, incluída durante a tramitação da lei que dá base para a formulação do

Orçamento, é inconstitucional.

Considerando que a determinação de que as despesas devem respeitar o teto de gastos foi feita via emenda constitucional, o entendimento desse grupo é que essa flexibilização não poderia ser feita por lei —ainda que seja a LDO.

Emenda aprovada ainda na Comissão Mista de Orçamento estabelece que esses gastos pagos com receitas próprias das universidades não farão parte das despesas primárias. Dessa forma, ficam fora do rol de gastos que devem obedecer aos limites do teto.

A emenda é um pleito do Ministério da Educação e das entidades ligadas à administração das universidades federais. O argumento dos apoia-dores é que a Constituição estabelece apenas que as despesas primárias não devem superar o teto, mas não traz a discriminação desses gastos. Eles consideram as receitas

próprias um "recurso extra".

São verbas de convênios, doações, aluguéis de imóveis, taxas e cursos de pós-graduação.

Segundo o Ministério da Educação, a receita própria dessas entidades prevista para este ano soma R\$ 1 bilhão.

As entidades dizem que o dinheiro de arrecadação própria tem utilizações predefinidas, como uma pesquisa específica acordada em convênio, e por isso não pode substituir recursos do Tesouro, que pagariam as despesas básicas regulares.

Para a Fazenda, os recursos devem ser usados para ajudar a reduzir o déficit primário, cuja projeção para 2019 é de R\$ 139 bilhões. O teto de gastos, criado em 2016, impede que despesas cresçam acima da inflação do ano anterior.

## CONJUNTURA »

## Legislativo e Judiciário pressionam por reajuste



Embora a elevação dos ganhos agrade aos congressistas, o presidente da Câmara diz que não há receita suficiente para bancar o aumento

Parlamentares e magistrados discutem formas de elevar a própria remuneração, mediante a elevação do teto salarial do funcionalismo. Medida teria efeito cascata em toda a máquina pública, com impacto financeiro nas esferas estadual e municipal

DEBORAH FORTUNA  
ESPECIAL PARA O CORREIO  
MURILO FAGUNDES\*

As negociações para um possível aumento do salário de deputados e senadores criou mal-estar dentro do Congresso. Enquanto há uma pressão dentro da Câmara para que

o teto constitucional do funcionalismo seja revisto para R\$ 38 mil, não há fonte de receita capaz de garantir o benefício. A ideia é que, até o fim do ano, os parlamentares se mobilizem após as eleições para que o reajuste seja concedido na próxima legislatura. No entanto, assessores do presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), dizem que tudo não passa de especulação, já que não há fonte de receita capaz de custear a medida.

Conforme o Correio antecipou na semana passada, o movimento não ocorre apenas no Legislativo. O Judiciário também tem se movimentado, nos bastidores, para que haja aumento do salário dos

magistrados. A alta seria de 12%, ou seja, o teto constitucional passaria dos atuais R\$ 33,9 mil para R\$ 38 mil.

## Peso

Os efeitos da medida, no entanto, iriam muito além do peso maior que acarretariam no orçamento dos dois Poderes. “Haveria um reflexo grande em muitos salários que são vinculados ao teto constitucional do funcionalismo. Se aumenta o teto do Supremo, há efeitos inclusive nos estados e municípios”, explicou uma fonte. Deputados estaduais e vereadores também poderiam reivindicar aumento nos seus vencimentos, já que a remuneração na área federal afeta diretamente as demais esferas de governo.

## Manobra

Segundo o professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques, a ideia de incorporar o auxílio-moradia ao salário dos magistrados é uma manobra para preservar o privilégio. “Como o salário é irredutível, essa pode ser uma jogada dos deputados para garantir o benefício de R\$ 4,2 mil. Eles temem que o benefício possa acabar, uma vez que a necessidade dele vem sendo questionada na sociedade”, avaliou.

“O governo tem tomado medidas para equilibrar as contas, recorrendo ao teto dos gastos, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, ou à





Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para diminuir despesas em todas as áreas. Prova disso é que está pensando em não conceder reajustes salariais para o funcionalismo público no próximo ano. Neste ano, o déficit das contas públicas deve chegar a R\$ 159 bilhões, o que já é um número muito alto. Então, soa contraditório dar reajuste a deputados e senadores neste momento”, analisou Marques.

Questionado, o especialista descartou a possibilidade de remanejamento de verbas dentro do orçamento da Câmara ou do Senado com o objetivo de pagar aumento de salários. “Não é tão fácil remanejar o dinheiro lá. As pessoas acham que há essa facilidade de deslocamento de dinheiro público, mas tudo que tem ter legislação. É uma questão legal, tem que passar por isso”, explicou.

\*Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo



**ENTREVISTA / MANSUETO DE ALMEIDA »****'O próximo presidente terá que lutar pelo ajuste fiscal'**

*Para secretário do Tesouro, parlamentares vão recuar nas medidas que provocam impacto nas contas públicas*

Geraldo Samor



"Estamos falando de um ajuste fiscal de, no mínimo, 4 pontos do PIB. Temos que transformar um déficit primário que hoje está por volta de 2% do PIB em um superavit de pelo menos 2%"

Rio de Janeiro – Mansueto de Almeida está na Secretaria do Tesouro, mas poderia muito bem dar expediente no Itamaraty. Depois da festa de pautas-bomba na semana passada — que rendeu manchetes falando em gasto extra de R\$ 100 bilhões —, Mansueto interrompeu suas férias no Recife para falar com

a reportagem. Em vez de admoestar o Congresso, o secretário preferiu ser diplomático e enfatizar a relação construtiva que a equipe econômica tem com o Legislativo. Essa relação — entre os que têm como missão defender os cofres públicos e aqueles cuja carreira política frequentemente depende de arrombá-los — sempre foi delicada, tensa e dividida entre avanços e reveses. Com o país inapelavelmente quebrado depois dos anos Dilma, o chocante é que muitos deputados ainda não tenham recebido a mensagem: qualquer gasto novo tem que ser compensado por um corte em outro lugar. O Congresso continua sendo um condomínio de interesses setoriais e paroquiais, e a defesa do caixa, e dos interesses da República, fica com o Executivo. Foi assim que, nos últimos meses, em especial na semana passada, avançaram no Congresso projetos que aumentam as compensações aos estados pela desoneração de ICMS sobre exportações, facilitam a criação de municípios, reverterem vetos do presidente a mudanças feitas no Funrural, sem falar na Bolsa Caminhoneiro, educadamente chamada de “Marco regulatório do transporte de cargas.” Ao aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Congresso retirou um artigo que vedava a concessão de aumento ao funcionalismo. Mansueto diz que o artigo é desnecessário, porque outro trecho da própria LDO estabelece que, para aumentar uma despesa

obrigatória, é necessário reduzir gastos também obrigatórios. Ele falou sobre isso e outros temas polêmicos.

***Há projetos de lei tramitando no Congresso que podem impactar as contas públicas. Algumas estimativas falam em R\$ 100 bilhões. Como o Tesouro e a Fazenda estão lidando com isso?***

Muitos desses projetos estão em tramitação nas comissões do Congresso Nacional e ainda passarão por diversas modificações antes de ser apreciados pelo plenário. Alguns não fizeram, inclusive, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro, que é exigida pelo artigo 113 da Constituição, que foi instituído com a Emenda do Teto dos Gastos. Sem essa estimativa, alguns projetos podem, inclusive, ser considerados inconstitucionais.

***Mas, objetivamente, qual será o impacto fiscal?***

Tenho certeza de que, ao longo da tramitação desses projetos, o impacto fiscal vai ser reduzido e, no caso da aprovação de alguma conta sem a definição da fonte de recurso para o seu pagamento, o presidente da República pode vetar alguns desses artigos por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se tivermos uma nova despesa sem a definição da fonte de recurso, a LRF e, em alguns casos, a própria Constituição Federal não permitem a execução dessa despesa.







***Como a Fazenda está lidando com essa situação?***

A Fazenda e o Tesouro estão mantendo um diálogo aberto e transparente com os parlamentares. Nos últimos dois anos, o Congresso aprovou um teto para o crescimento do gasto público, reduziu a concessão de crédito subsidiado e, recentemente, aprovou a reoneração da folha de salários para alguns setores. Acredito que, com um bom diálogo com os parlamentares, o risco de impacto fiscal não vai se materializar. E a partir do ano que vem teremos o próximo governo lutando por medidas de ajuste fiscal.

***Mas, secretário, o 'próximo governo' ainda não existe para poder se opor aos novos gastos, e o atual tem pouca força frente aos interesses setoriais. Não há o risco de este Congresso ceder às tentações e a ressaca ficar para o próximo?***

Até as eleições de outubro, teremos cerca de três semanas de votações apenas ao longo de três meses. Não dá tempo para votar todas as medidas que podem ter algum impacto fiscal. E acredito que os parlamentares, quando analisarem melhor o custo de algumas dessas medidas, vão rever o teor e o impacto final de muitas delas. No pior dos casos, se essas medidas evoluírem e se não houver a devida compensação, seja pelo corte de outras despesas ou pela definição da fonte de recursos, o presidente da República terá que vetar algumas delas para cumprir com a LRF. Há risco de derrubada de vetos? Há, mas é muito baixo. A apreciação de eventuais vetos deverá ocorrer apenas depois das eleições e, nesse

caso, teremos a ajuda do novo governo eleito para garantir que não haverá retrocesso.

***A situação parece complicada demais.***

A situação é muito simples. Qualquer novo aumento de despesas terá que obedecer ao limite do Teto dos Gastos, que já está apertado para o próximo ano. E se for criado algum benefício do lado da receita, renúncia tributária para setores específicos, o Executivo e o Legislativo terão que buscar uma forma de compensação com aumento de impostos, o que também não vai agradar a ninguém. Hoje, o Tribunal de Contas da União está muito mais vigilante, o que limita a possibilidade de retrocesso no ajuste fiscal. Para haver um retrocesso, será preciso mudar a Constituição Federal e a LRF. Repito: para termos retrocesso no ajuste fiscal, tem que derrubar a emenda do Teto dos Gastos e não acredito que ninguém esteja disposto a correr este risco, porque a contrapartida seria um ajuste fiscal via forte aumento de impostos ou a volta de inflação alta para equilibrar receita e despesa.

***Quanto dessas iniciativas comprometem o resultado fiscal deste ano? E quais PLs podem ter impacto para o próximo Presidente?***

Se aprovados, muitos dos projetos em tramitação terão impacto fiscal ao longo dos próximos anos. Por exemplo, o PL que aumenta as transferências para compensar os estados pelas desonerações dos impostos nas exportações da Lei Kandir, a criação de novos municípios, novos benefícios para

transportadoras etc. A minha percepção é que a possibilidade de essa pauta evoluir é muito pequena. O mais provável é que esses projetos ainda passem por várias mudanças.

***Como está o resultado fiscal deste ano?***

Para este ano, o resultado fiscal está praticamente dado, e a surpresa é que estamos com números melhores do que esperávamos. Ao contrário do ano passado, de janeiro a junho deste ano, a arrecadação veio maior do que a receita esperada em todos os meses. O resultado das estatais tem sido também melhor do que esperávamos, e estados e municípios podem ter um resultado primário melhor que o projetado na LDO. Não me surpreenderia se fechássemos este ano com um resultado primário melhor do que a meta do ano, que é um déficit primário de R\$ 159 bilhões para o governo central e de R\$ 161 bilhões para o setor público.

***O senhor não acha que os deputados vão ler essa boa notícia como oportunidade para gastar mais?***

Mesmo que o Congresso quisesse aumentar a despesa, não teria como, porque já estamos no Teto dos Gastos. A melhora no resultado primário neste ano em relação à meta será resultado de uma arrecadação maior do que a que estava projetada, despesas dos ministérios que não foram pagas, apesar de autorizadas, resultado melhor dos estados e municípios e resultado melhor das estatais. Tudo isso está acontecendo.





***Só para colocarmos em perspectiva, qual é mesmo o tamanho do ajuste fiscal necessário para os próximos anos?***

Sendo otimista, estamos falando de um ajuste fiscal de, no mínimo, quatro pontos do PIB. Temos que transformar um deficit primário que hoje está por volta de 2% do PIB em um superavit primário de pelo menos 2% do PIB. Quanto mais demorar, maior terá que ser esse ajuste. Vale lembrar que esse ajuste fiscal é exatamente da mesma magnitude do que foi feito no Brasil de 1998 a 2002. Mas naquela época o ajuste veio do aumento da carga tributária, pois a despesa primária do governo central não diminuiu como porcentagem do PIB.

***E hoje?***

O problema hoje é que já temos uma carga tributária muito alta (cerca de 33% do PIB) para o nosso nível de desenvolvimento e, assim, não dá para repetir o que foi feito na década de 1990. O ajuste agora terá que ser mais do lado da despesa e ser necessariamente gradual. A boa notícia é que o mercado aceita esse ajuste gradual.

***A Fazenda tem falado em***

***deixar pronta uma pauta de medidas que poderão ser adotadas pelo próximo governo para ajudar a economia. Que medidas são essas?***

Diversas medidas. Vamos no Tesouro elaborar um documento com todas as nossas simulações de impacto de diversos tipos de reformas. Por exemplo, qual a economia potencial se o governo não tiver crescimento real da folha de pessoal de 2020 a 2022? Isso não significa necessariamente reajuste salarial zero, já que um aumento salarial pode ser compensado por menos contratações. Vamos deixar um outro documento que será elaborado com a ajuda do Banco Mundial sobre financiamento para estados e municípios e novas medidas que precisam avançar para ajudar ainda mais os entes subnacionais no esforço de ajuste fiscal. E recentemente recriamos um grupo que estuda o mercado de capitais e vamos tentar aprovar algumas coisas este ano e deixar outras para o próximo governo como sugestão. Isso funcionou muito bem na transição de 2002 para 2003 e esperamos fazer o mesmo agora.

***Uma coisa que tem ajudado o ajuste fiscal é o fato de muitos***

***ministérios não conseguirem gastar o dinheiro (ou seja, executar o orçamento) por causa da burocracia. Pela sua experiência, o senhor diria que, além de reformar o Estado, o Brasil precisa também de uma reforma das próprias regras de funcionamento do Estado?***

Sem dúvida. Até maio, os ministérios deixaram de gastar cerca de R\$ 13 bilhões que estavam liberados para pagamentos. Muitas vezes, o mesmo ministério alocou um recurso para uma obra que atrasou e precisa de caixa para pagar outras despesas. A gestão pública precisa melhorar muito. Precisamos avaliar melhor o custo e benefício de diversos programas públicos e de regimes especiais de tributação.

***A equipe econômica tem mantido conversas com os assessores econômicos dos pré-candidatos. No geral, eles têm uma ideia bem exata do tamanho do desafio fiscal?***

Todos eles mostram um grande interesse em se aprofundar na discussão dos números. Dos que conversei até o momento, todos estão cientes da necessidade de continuar com o ajuste fiscal e com a reforma da Previdência.